

DOI: <http://dx.doi.org/10.18316/rcd.v15i36.10313>

EDUCAÇÃO SEXUAL E ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS: O QUE DIZEM OS ESTUDOS

SEXUAL EDUCATION AND ELEMENTARY SCHOOL EARLY YEARS: WHAT STUDIES SAY

Irene Ferreira da Silva

Universidade Municipal de São Caetano do Sul

E-mail: ireneferreirapro@gmail.com

Maria de Fátima Ramos Andrade

Universidade Municipal de São Caetano do Sul

Universidade Presbiteriana Mackenzie

E-mail: mfrda@uol.com.br

Ana Silvia Moço Aparício

Universidade Municipal de São Caetano do Sul

E-mail: anaparicio@uol.com.br

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo apresentar as pesquisas que tratam da temática “Educação Sexual e Sexualidade no Ensino Fundamental anos iniciais”. Para tal, foi feito um levantamento na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) do Instituto Brasileiro de Informações, Ciências e Tecnologia – IBICT, com o descritor “Educação sexual” e, com isso, identificamos 1605 trabalhos. Com a intenção de refinar a busca, acrescentamos os descritores: “Formação Docente” e “Ensino Fundamental”, o que resultou em 44 trabalhos, dentre eles, apenas 10, relacionaram-se diretamente com o estudo aqui proposto. Constatamos com o levantamento realizado que ainda há muito a ser investigado e explorado sobre as práticas pedagógicas que promovam aprendizados qualitativos no campo da educação sexual no Ensino Fundamental anos iniciais, sendo relevante a formação docente e materiais norteadores que proporcionem segurança para a abordagem da temática sexualidade. Podemos inferir que será por meio do diálogo e com a divulgação de saberes que será reconhecida a importância da educação sexual. Além disso, a educação sexual sempre acontece, mesmo que não se tenha consciência, ou que ocorra a negação, pois não há como delimitar espaços para a sexualidade, já que faz parte da dimensão humana.

Palavras-chave: Educação Sexual; Sexualidade; Ensino Fundamental anos iniciais.

Irene Ferreira da Silva
Maria de Fátima Ramos Andrade
Ana Sílvia Moço Aparício

ABSTRACT

This article aims to present the research esatoline "Sexual Education and Sexuality in Elementary School early years".To this end, a survey was made in the Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD) of the Brazilian Institute of Information, Science and Technology - IBICT, with the descriptor "Sex Education" and, with this, we identified 1605 works. With the intention of refining the search, we added the descriptors: "Teacher Education" and "Elementary School", which resulted in 44 papers, among them, only 10, related directly to the study proposed here. We found with the survey that there is still much to be investigated and explored about pedagogical practices that promote qualitative learning in the field of sexual education in elementary school early years, being relevant the teacher training and guidance materials that provide security for the approach to sexuality. We can infer that it will be through dialogue and the dissemination of knowledge that the importance of sex education will be recognized. Moreover, sex education always happens, even if one is not aware, or denial occurs, because there is no way to delimit spaces for sexuality, since it is part of the human dimension.

Keywords: Sex Education; Sexuality; Elementary school early years.

Introdução

A escola é um espaço de vivências, de convivências e de construção de conhecimento. É um lugar que as crianças permanecem boa parte de suas vidas, passando por transformações físicas e psíquicas.

A sexualidade faz parte da constituição do ser humano; é um processo de formação contínua, individual, mediado pelas interações sociais. Além disso, a educação sexual sempre acontece, mesmo que não se tenha consciência, ou que ocorra a negação, pois não há como delimitar espaços para a sexualidade, já que faz parte da dimensão humana.

Falar sobre sexualidade é uma forma de oportunizar o diálogo, permitindo que as vozes das crianças possam ser ouvidas no território da escola como espaço de seus direitos, nas palavras de Paulo Freire (1996, p. 81) “como fazedores da história e parte dela”. Logo, o currículo da escola também deveria abordar essa temática “educação sexual” de forma efetiva. Assim, se justifica a importância da educação sexual no espaço escolar, como uma discussão necessária, para a promoção de uma aprendizagem que favoreça o desenvolvimento físico, afetivo e intelectual. Trabalhada adequadamente, possibilita às crianças construir sua identidade social e cultural de modo consciente e saudável, propiciando uma vivência social que a faça transcender os tabus e os preconceitos construídos pelo senso comum.

O presente artigo tem como foco apresentar um levantamento feito na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) do Instituto Brasileiro de Informações, Ciências e Tecnologia – IBICT de estudos que tratam da temática “Educação sexual, sexualidade e Ensino Fundamental anos iniciais”. O artigo está organizado em três seções. Na primeira seção, explicitamos os conceitos de educação sexual e sexualidade no contexto escolar. Na sequência, apresentamos e analisamos as pesquisas encontradas na BDTD e, por último, tecemos algumas considerações.

Sexualidade, educação sexual e o contexto escolar

É inicialmente, no ambiente familiar, na sociedade e na cultura da qual o indivíduo faz parte, que a educação sexual acontece, formando a identidade da criança, que se espelha nos adultos de sua convivência mais próxima.

Segundo Suplicy (1993, p. 37), a sexualidade no âmbito familiar pode provocar sentimentos não compreendidos e, a busca de uma resolução imediata, muitas vezes, dificulta a reflexão, não proporcionando o real conhecimento que a criança ou adolescente necessita. Neste caso, a família pode supor que a escola deveria assumir a função de esclarecer questões relacionadas à sexualidade.

Como a escola é um espaço de diversidade, podemos compreender que a educação sexual poderia fazer parte integrante do currículo, pois, as crianças estão em um constante processo de desenvolvimento e, portanto, a omissão desse currículo seria um movimento de retrocesso.

Para Figueiró (2001), o currículo deve conter as questões pertinentes a sexualidade pois, “é no corpo e pelo corpo que o indivíduo passa a se dar conta de sua existência real e concreta, bem como, da existência do mundo à sua volta” (p. 247). Sob essa lógica, ao colocar o currículo em ação, vai exigir ao professor conhecimentos no que diz respeito à metodologia, à teoria e à prática.

Para Délia Lerner (2010, p. 89), será no planejamento, com a intervenção sistemática, que se estabelecerá uma prática didática dialética, sendo imprescindível as intervenções planejadas, visando provocar conflitos para a resolução de problemas e para proporcionar condições de que as crianças passem de um estado de conhecimento menor para etapas de conhecimento maior, com seus avanços pessoais e por suas interações sociais.

O planejamento escolar se inicia na elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP) pois, nesse documento são projetados todos os aprendizados que se pretende favorecer, mediante as ações educacionais que se almeja desenvolver. A educação sexual sempre está presente no PPP, de forma consciente ou inconsciente, pois todas as pessoas são sexuadas, sendo assim, o currículo sobre sexualidade está presente, intencionalmente ou de forma oculta.

Para essa dimensão intencional e colaborativa, Carvalho (2012) esclarece que o PPP é um instrumento vivo, que deve valorizar e respeitar a diversidade social e política da comunidade escolar. Para tanto, pressupõe ações participativas que integram a intencionalidade numa dimensão emancipatória, sendo elaborado por meio do diálogo, sempre sexuado, contemplando a realidade na qual a escola encontra-se inserida (CARVALHO, 2012, p. 44).

Essas considerações nos levam a refletir sobre quais os motivos que podem gerar dificuldades e, por conseguinte, podem causar embaraço no momento em que essa temática surge em nosso cotidiano e em especial no ambiente escolar.

Ribeiro (2017, p. 7) esclarece que as questões envolvendo sexo, corpo e gênero são recorrentes na sociedade e na escola, que são respondidas e interpretadas baseadas em crenças, em valores morais e em normativas de religião, fundamentando-se em preconceitos e discriminação.

Assim, realizar uma abordagem sobre essas temáticas, não é resposta que se tenha de imediato pois, conforme Foucault (1999, p. 100), a sexualidade é constituída por um “dispositivo histórico” que busca justificar uma sociedade saudável, mediante o controle do sexo, estando envolvida por uma teia de controle, de poder e por mecanismos políticos. Portanto, passando por muitos processos de vigilância, discriminando, mulheres, crianças, classes sociais, raças e etnias, privilegiando e institucionalizando o homem branco e heterossexual, como soberano nesse controle “socialmente” justificado.

Em decorrência desses fatores, no âmbito escolar, é comum que os professores se sintam inseguros e muitas vezes podem carecer de formação inicial e continuada para a abordagem da temática sexualidade. Esse despreparo e insegurança segundo Figueiró (2018, p. 87) são frutos de uma repressão social em relação a sexualidade, em que ainda persistem associações do sexo com ideias de pecado, de proibido, de promiscuidade e de imoralidade.

Quando o tema sexualidade emerge no âmbito educacional, a escola busca se equilibrar nesse fio tênue entre incentivar ou conter essa discussão, por meio de múltiplas estratégias e, muitas vezes justifica que essas questões devem ser adiadas para mais tarde, para não incorrer numa motivação precoce.

Para Louro (2021, p. 31), essa justificativa se ancora no conceito de que é necessário manter a inocência e a pureza das crianças, mesmo contrapondo as curiosidades e saberes que afloram o tempo todo.

Quanto a negação do processo de educação sexual, Carvalho (2012, p. 51) esclarece que “não nos separamos” da dimensão da sexualidade e de um processo de educação sexual, mas seguimos vivendo no cotidiano, na ilusão de que “não” estamos educando sexualmente.

Conforme os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) (1998, p. 292), a sexualidade invade a escola, para além dos registros que as crianças e adolescentes deixam estampados nos muros e portas deste espaço. Não podemos simplesmente ignorar as situações que emergem de suas vivências e convivências, ou convidá-los a deixar sua sexualidade do lado de fora da escola, pois, é na sala de aula, mediante o planejamento e com ações didáticas de educação sexual que proporcionaremos condições para que eles manifestem seus saberes e curiosidades, nesse ambiente propício a educação.

Essa construção de conhecimentos proporcionará a superação dessa visão de que a sexualidade e os conceitos que a constituem, precisam ser escondidos, na escola ou qualquer outro ambiente. Ultrapassando esses paradigmas simbólicos dos mitos e tabus que desinformam e causam tantos males, com os mais diversos tipos de discriminação, preconceitos e vulnerabilidades.

Para que a temática adentre a sala de aula e os docentes possam superar esses paradigmas de contexto histórico e cultural, Figueiró (2018, p. 17) afirma que é preciso se reeducar sexualmente, por meio de estudos visando a capacitação para atuação enquanto educadores que pretendem exercer a educação sexual.

Conforme Carvalho (2012) para a efetivação dessa aprendizagem, superando as polêmicas que a envolve, se faz necessário reconhecer que “há sempre um processo de Educação Sexual nas práticas pedagógicas”. Ainda conforme a autora, nessa perspectiva “não nos relacionamos uns com os outros sem que a nossa sexualidade esteja presente” (p. 48), pois, não há como deixarmos a sexualidade em espaços, tempos e situações específicas.

De acordo com a UNESCO (2019) a Educação Integral em Sexualidade – EIS, é um direito de aprendizagem universal e, por este motivo, deve ter as seguintes considerações essenciais:

A EIS é um processo de ensino e aprendizagem com base em um currículo sobre os aspectos cognitivos, emocionais, físicos e sociais da sexualidade. Tem por objetivo transmitir conhecimentos, habilidades, atitudes e valores a crianças, adolescentes e jovens de forma a fornecer-lhes autonomia para: garantir a própria saúde, bem-estar e dignidade; desenvolver relacionamentos sociais e sexuais de respeito; considerar como suas escolhas afetam o bem-estar próprio e o de outras pessoas; entender e garantir a proteção de seus direitos ao longo de toda a vida (UNESCO, 2019, p. 16).

Enquanto campo de produção de conhecimento, as informações científicas elucidam os estudantes, diminuem as ansiedades e angústias que são formadas devido ao desconhecimento e a desinformação que causam confusão e erros (RIBEIRO, 2017, p. 8).

A formação da identidade social necessita estar ancorada na ética e no respeito, ao que nos difere e nos iguala, enquanto seres civilizados, no âmbito da escola e fora dela, nessa sociedade diversa da qual fazemos parte.

Para Figueiró (2018, p. 88), a educação sexual facilita a inclusão e interação entre todos os educandos, respeitando suas diferentes potencialidades, pois, “falar de sexualidade é trabalhar o relacionamento humano e, por conseguinte, aprimorar as relações interpessoais”.

Dialogar, refletir e juntos analisar as informações que a mídia nos apresenta, pois, a temática sexualidade, sexo, gênero e diversidade está em todos os lugares e também exerce uma forte ação pedagógica, mesmo quando não planejada. Assim, na sociedade, o que é divulgado, não se trata de informações neutras e, portanto, carrega explícita ou implicitamente uma pedagogia de persuasão, de consumismo e poder.

Na esfera educacional, referenciando Carvalho (2012, p. 51), sempre somos educadores sexuais uns dos outros, pois todas as pessoas são seres sexuados em uma sociedade sexuada, de modo consciente ou inconsciente. E será conforme a concepção de cada educador, com uma postura consciente e emancipatória ou uma

postura repressora, que as manifestações de sexualidade das crianças serão acolhidas ou não.

Concluindo, justificamos a necessidade de ações pedagógicas afirmativas para a educação sexual intencional e planejada, constituídas e norteadas pelas dimensões sociais, culturais, éticas e políticas, visando garantir aos educandos o acesso ao conhecimento, para um aprendizado significativo, por meio do diálogo, sendo este movimento, um direito de cidadania, e um caminho para erradicar preconceitos, violências e discriminações de gênero, do mesmo modo, proporcionando o reconhecimento positivo sobre a diversidade.

Pesquisas correlatas: o que encontramos

A intenção com o levantamento foi conhecer estudos/pesquisas que tratam da temática “Educação sexual no Ensino Fundamental nos anos iniciais”. Para iniciar o levantamento na BDTD, estipulamos o tempo e os descritores. Escolhemos o período entre 2011 a 2021 e o termo “Educação sexual”. Com isso localizamos 1605 trabalhos. Com a intenção de refinar a busca, acrescentamos os descritores: “Educação Sexual e Sexualidade, Formação Docente e Ensino Fundamental”, o que resultou em 44 trabalhos. Após a leitura dos títulos foram excluídas as pesquisas duplicadas e duas que não estavam disponíveis para acesso. Como o foco é o Ensino Fundamental, na sequência, foram excluídos os demais segmentos (Ensino Superior e de Educação não-formal). Com isso, encontramos 10 trabalhos que serão apresentados no quadro abaixo:

Quadro 1 – Relação de teses e dissertações: educação sexual no E. F.

Pesquisador, ano, Universidade, modalidade	Título	Palavras-chave
João Alexandre Minali Universidade Estadual Paulista-UNESP 2020 / Mestrado	Interpretações docentes sobre as expressões da sexualidade infantil na primeira etapa do Ensino Fundamental	Sexualidade; Formação de professores; Educação sexual; Psicanálise e educação; Psicologia da educação.
Camila Pereira Burchard Universidade Federal do Pampa - UNPAMPA 2019 / Mestrado	Concepções de professores de ciências do Ensino Fundamental sobre trabalhar o tema sexualidade em sala de aula	Sexualidade; Professores; Ensino Fundamental; Adolescentes.
Adriano Santos Mesquita Universidade Federal do Pará - UFPA 2018 / Mestrado	Percepções docentes sobre sexualidade humana na perspectiva do letramento científico nos anos iniciais do Ensino Fundamental	Sexualidade humana; Letramento Científico; Formação docente; anos iniciais.
Carla Elias de Moura Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE 2018 / Mestrado	Elaboração e avaliação de um programa de ensino sobre educação sexual para professores do Ensino Fundamental I	Docentes; Programação; Ensino; Educação sexual; Sexualidade.
Maria Isabel dos Santos Vieira Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP 2016 / Mestrado	Orientação sexual e HPV: as concepções docentes e a construção de uma proposta colaborativa de formação continuada para professores do Ensino Fundamental	Professores de Ensino Fundamental; Formação; Vírus do papiloma.
Érick Roberto Freire de Araújo Silva Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP 2016 / Mestrado	A educação sexual no currículo da rede estadual de ensino de São Paulo	Educação sexual; Currículo; Material didático.
Andréia Serrano Cayres Rapatão Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP, Campus Araraquara. 2015 / Mestrado.	Educação sexual, saúde e sexualidade: (re) significando as relações entre pais e filhos	Sexo; Educação sexual; Família; Pais e filhos; Adolescência; Escolas.
Hamilton Édio dos Santos Vieira Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP, Campus Araraquara. 2014 / Mestrado	A construção dos saberes docentes: um olhar sobre as experiências de professores da disciplina de História acerca da temática de diversidade sexual	Educação; Educação sexual; História.
Silvana Maria Zarth Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS 2013 / Doutorado	Temas transversais no Ensino Fundamental: educação para a saúde e orientação sexual	Educação em saúde; Educação sexual; Ensino Fundamental; Estudos transversais.
Ana Paula Sefton Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo 2013 / Doutorado	Prática docente e socialização escolar para as diferenças: um estudo sobre estratégias de transformação da ordem em gênero e sexualidade	Diferenças; Disposições culturais; Gênero; Prática docente; Processo socializador; Sexualidade.

Fonte: As autoras, 2022.

A pesquisa de **Minali (2020)** teve por objetivo analisar as interpretações de oito professores sobre as manifestações sexuais de seus alunos vivenciadas no cotidiano escolar. Utilizou a metodologia de abordagem qualitativa, fazendo uso dos

seguintes instrumentos: grupos focais e entrevistas do tipo semiestruturadas, sendo o campo de pesquisa uma escola pública da primeira etapa do Ensino Fundamental.

Seus estudos foram norteados pela psicanálise, adotando Freud (1905/1996) como autor de referência, quanto a teoria das pulsões sexuais integrarem a constituição humana desde o nascimento. Conforme o autor, apesar dessa teoria ser discutida desde o início do século XX, ainda há atualmente, uma forte concepção de que a sexualidade se manifeste de modo latente somente na adolescência, estando relacionada ao desenvolvimento dos órgãos sexuais. Nessa concepção, na etapa do desenvolvimento infantil, há um imaginário de que a criança seja “dessexualizada” e que, portanto, a fase de latência será interrompida somente na puberdade quando ocorre a irrupção acentuada da pulsão sexual.

Diante desses apontamentos, o autor constata que, para alguns professores, as atitudes do tipo beijo na boca ou vestimentas que são consideradas como sensuais são práticas presentes somente na adolescência.

Segundo o autor, essa é uma concepção preocupante, pois os professores se deparam com manifestações sexuais de seus alunos, também na etapa inicial do Ensino Fundamental e não somente na adolescência. Mediante essa constatação, conclui ser necessária uma compreensão, para além do âmbito do funcionamento dos órgãos sexuais, pois a sexualidade abarca toda a dimensão humana, com suas subjetividades mediadas inclusive pela cultura.

A pesquisa da autora **Burchard (2019, p. 17-18)** teve por objetivo “conhecer as concepções dos professores de Ciências do 8º ano do Ensino Fundamental anos finais, bem como investigar o trabalho sobre o tema sexualidade em sala de aula”.

A autora justifica a importância da escola para a formação do indivíduo, por possibilitar o crescimento e o desenvolvimento do educando ao longo da sua vida escolar. Nesse contexto, a sala de aula é o local onde acontece as vivências e questionamentos, porém, esclarece que alguns temas são tabus, como a sexualidade, causando prejuízos para a formação crítico reflexiva dos docentes e discentes, para a vida em sociedade. Ressalta que essa discussão tem sido intensa desde os anos 80, devido ao advento do vírus HIV e em função dos casos de gravidez não programada, diante disso, justifica a necessidade da orientação para a formação do indivíduo.

A metodologia utilizada pela autora foi a abordagem qualitativa, do tipo exploratória e descritiva. Os participantes da pesquisa, foram todos os professores de ciências da rede pública de ensino do município, tendo por critério que o professor fosse atuante do 8º ano do Ensino Fundamental anos finais. A coleta de dados se deu por meio de entrevista do tipo semiestruturada, gravada e transcrita na íntegra e, para análise, apoiou-se nos estudos de Bardin.

A pesquisadora verificou que os professores de Ciências Biológicas que possuem formação inicial na área apresentam maior facilidade para o trabalho com os alunos quanto a questão biológica, porém os obstáculos são em relação a outros assuntos, como por exemplo, as questões de gênero ou no diálogo entre pais e filhos.

Nesse contexto, todos os professores participantes da pesquisa inserem a temática sexualidade, com foco em questões como: prevenção da gravidez na adolescência, métodos anticoncepcionais, infecções sexualmente transmissíveis, bem como a anatomia e fisiologia do sistema reprodutor.

Para ampliar a discussão da temática sexualidade, além do campo físico, teve como propósito a organização de um curso de capacitação, com enfoque na adolescência e suas características, com materiais e metodologias visando um trabalho mais amplo em sala de aula.

Burchard (2019) conclui que se faz necessário o desenvolvimento de atividades pedagógicas que sejam capazes de promover a aproximação entre pais, professores e alunos, para a compreensão de toda a dimensão da temática sexualidade, ressalta a importância do envolvimento de profissionais da saúde que atuem na comunidade em que a unidade escolar estiver inserida.

A pesquisa desenvolvida por **Mesquita (2018)** teve por objetivo investigar quais procedimentos são utilizados pelos professores para abordarem a temática sexualidade humana, considerando o letramento científico, a partir de processos formativos, promovidos nos contextos de atuação do Ensino Fundamental anos iniciais.

Conforme o autor, o letramento científico é assertivo para a inclusão do ensino da sexualidade humana, compreendendo as práticas pedagógicas sob uma perspectiva que abrange todas as disciplinas que integram o currículo do Ensino Fundamental, utilizando os PCN com a transversalidade.

A metodologia adotada foi a pesquisa qualitativa, com fundamentos da pesquisa ação, como modo de identificação de um determinado problema, agindo sobre ele e visando propor ações de modificação efetiva. O local de pesquisa foi uma escola da rede Estadual de ensino, localizada na cidade de Belém do Pará. As participantes foram quatro professoras, com formação em pedagogia, atuantes com turmas do Ensino Fundamental anos iniciais. Para a coleta de dados, foram utilizados os seguintes instrumentos: questionário, com questões objetivas e subjetivas, os encontros pedagógicos, os momentos de formação e, por último, uma entrevista semiestruturada. O material colhido durante a pesquisa, bem como, as observações, durante as atividades, foram registradas em um diário de campo.

A justificativa para sua pesquisa se deu a partir de sua vivência profissional e da constatação das dificuldades verificadas mediante as observações no cotidiano. Segundo o autor, é recorrente a abordagem de parte do conteúdo ou a sua omissão, resultantes do desconhecimento dos professores sobre a temática sexualidade. Essas atitudes dos professores, conforme Mesquita (2018), possivelmente são decorrentes de insegurança, por questões de pudor e/ou lacunas na formação inicial e continuada quanto a temática.

No desenvolvimento da pesquisa, o autor intencionou favorecer a discussão no sentido de despertar novos olhares e colaborar para uma concepção atualizada das práticas de ensino sobre a sexualidade e o letramento científico, analisando quais os caminhos e ações adotados pelos docentes.

Mesquita (2018) conclui que as ações pedagógicas, com os conteúdos concentrados em biologia, muitas vezes, eram desvinculadas de práticas efetivas de letramento científico. Porém, após as discussões no processo formativo, ficou evidenciado que houve uma construção de conhecimentos, no sentido de compreensão da sexualidade humana, mediada pelas dimensões do letramento científico, como um conceito novo e que, portanto, deveria ser vinculado às práticas.

O objetivo da pesquisa desenvolvida por **Moura (2018)** foi a elaboração e avaliação da efetividade de um Programa de Ensino sobre Educação Sexual, destinado aos professores do 4º e 5º ano do Ensino Fundamental anos iniciais. A autora buscou identificar com os professores, quais componentes deste programa

foram considerados como capazes de promover mudanças e melhorar o nível de conforto para trabalhar com educação sexual nesta faixa etária.

A metodologia utilizada por Moura (2018) foi a pesquisa aplicada, descritiva, quali-quantitativa. Durante sua pesquisa, observou que não é comum o trabalho sobre sexualidade, no Município de Foz do Iguaçu – PR, pois os professores manifestaram preconceito e constrangimento para esta abordagem.

Nas observações iniciais, ficou evidente a inibição dos professores diante de perguntas sobre o ato e o comportamento sexual. Verificou que alguns professores até abordavam o tema, porém, com imposição dos seus próprios valores, sem considerar o posicionamento e questões trazidas pelas crianças.

Desenvolveu sua pesquisa em etapas, da seguinte forma: planejamento, avaliação do pré-programa de ensino, programa de ensino e avaliações pós-programa de ensino. O instrumento utilizado dispunha de situações-problema, aplicados antes e após a participação dos professores, gerando a coleta de dados, que ocorreu em 51 escolas, sendo que, 83 docentes aceitaram participar de seu projeto, distribuídos em 20 grupos.

Concluiu que a efetividade do programa proposto foi uma ferramenta capaz para melhorar o trabalho com sexualidade, gerando segurança e fornecendo possibilidades para a Educação Sexual. Além disso, constatou evidências que a capacitação dos professores com a utilização do programa, demanda um processo contínuo e não momentâneo. Ressalta a importância de se ajustar os objetivos, conforme as necessidades de cada escola e da faixa etária dos estudantes.

O estudo de **Vieira (2016)** teve por objetivo desenvolver uma proposta colaborativa de desenvolvimento profissional docente sobre Orientação Sexual e HPV baseada na abordagem emancipatória, destinada a professores de uma escola da rede pública.

A metodologia adotada foi a pesquisa ação, com abordagem mista qualitativa e quantitativa. Seu público-alvo foi composto por 53 professores que lecionavam em diferentes áreas do município de Mariana – MG. Os instrumentos utilizados na pesquisa de campo foram: o questionário, a entrevista e a oficina.

A autora analisou quais os conhecimentos e a concepção docente sobre HPV e as campanhas de vacinação para adolescentes, bem como o câncer de colo do

útero. Na sequência, objetivou analisar quais recursos são utilizados para o trabalho pedagógico com a orientação sexual em sala de aula.

Constatou que o trabalho pedagógico com os temas sexo e sexualidade ainda é um grande desafio a se superar no âmbito escolar, em especial, no Ensino Fundamental anos iniciais, pois é um trabalho centralizado em algumas etapas de ensino específicas, com foco no caráter biológico e higienista.

Vieira (2016) conclui que a ação colaborativa e formativa desenvolvida em sua pesquisa contribuiu de modo positivo para agregar e compartilhar saberes para a prática profissional docente, considerando esse movimento como uma ação emancipatória do conhecimento.

A pesquisa desenvolvida por **Silva (2016)** procurou justificar que a educação sexual, no ensino escolar, integra o desenvolvimento crítico para a emancipação política e social dos educandos, porém, aponta que isso não ocorre de modo efetivo. Salaria que a educação formal é um espaço estratégico para a abordagem de temas como a sexualidade, mesmo diante da resistência e omissão dos poderes legislativo e executivo, as ações no ambiente educacional, devem ser incentivadas e garantidas pelo poder público. Seu objetivo foi analisar os materiais didáticos sobre sexualidade e as concepções dos professores da rede estadual de ensino de São Paulo sobre a educação sexual.

Para o desenvolvimento da pesquisa utilizou a metodologia mista, qualitativa-quantitativa de caráter descritivo fenomenológico. Para tanto, seus estudos se desdobraram em duas fases de coleta de dados: a primeira, foi a pesquisa bibliográfica e, a segunda, foi o levantamento de campo, realizado em uma cidade de grande porte no interior do Estado de São Paulo, tendo como participantes os professores que atuavam no Ensino Fundamental anos finais, em um total de 42 escolas.

No estudo dos materiais didáticos sobre o tema sexualidade disponibilizados para o uso de professores, o autor optou em analisar, os que já haviam passado por algum tipo de validação acadêmica, descartando os materiais de instituições governamentais. Utilizou o formulário e o questionário como instrumentos de pesquisa e devido ao grande número de professores que atuam na rede pública

estadual, determinou alguns critérios para a inclusão e a exclusão, optando pela seleção e análise por amostragem.

Silva (2016) constatou que uma parcela significativa dos professores participantes da pesquisa estava comprometida com as demandas da educação sexual, procurando implementar ações pedagógicas em sala de aula.

Comprovou a existência de materiais didáticos de boa qualidade, sobre a temática sexualidade, em praticamente todas as escolas que foram foco de sua pesquisa. Alguns desses materiais inclusive, já estavam organizados por roteiros de execução.

No entanto, durante o trabalho de campo, uma grande parcela dos professores participantes relatou vários obstáculos como por exemplo: falta de materiais didáticos específicos e adequados para implementar o trabalho com educação sexual; resistência das famílias dos educandos; falta de conhecimento ou formação por parte dos educadores; falta de interesse dos alunos e falta de apoio por parte da equipe gestora.

Diante desses relatos, verificou que um trabalho efetivo de educação sexual, no âmbito escolar, tem se mostrado parcialmente comprometido.

Aponta como possibilidades de superação aos entraves observados, a articulação com base em políticas públicas, em redes de profissionais e de objetivos específicos, para tanto, se faz necessário a manifestação de intenção e interesse por parte da equipe escolar, do mesmo modo, um trabalho de conscientização com a comunidade escolar.

Conclui que o objetivo inicial de sua pesquisa foi atingido, pois localizou os materiais didáticos sobre a temática sexualidade, na rede estadual de ensino de São Paulo, estando disponíveis para acesso aos professores. Além disso, conseguiu explicitar e discutir as percepções dos professores, em relação à educação sexual e a sua relevância dentro do espaço escolar, elencando medidas significativas, para que temática pudesse se tornar constante na prática pedagógica.

Apresentou propostas de intervenção, com a intenção de subsidiar as práticas em sala de aula sobre temas voltados para a sexualidade. Constatou com os resultados da pesquisa, que além dos materiais didáticos, há uma diversidade de

possibilidades para a abordagem das questões sobre gênero, que são difundidos de maneira ampla na literatura.

Rapatão (2015), em sua pesquisa, objetivou “(re) significar as relações entre a família e educandos, no tocante ao processo de constituição da educação sexual, saúde e da sexualidade” (p. 21). Para o desenvolvimento da pesquisa optou pela pesquisa-ação de natureza qualitativa, com abordagem sócio cultural, tendo o autor Paulo Freire como referencial.

Os participantes da pesquisa foram os alunos que estavam no final de cada nível de ensino, ou seja, a última etapa da educação infantil, o 5º ano do Ensino Fundamental, o 9º ano do Ensino Fundamental e o 3º ano do Ensino Médio, do mesmo modo os docentes e famílias desses grupos participantes.

Para a coleta de dados, os procedimentos metodológicos foram: a roda de conversa, a observação participante, o questionário, a entrevista semiestruturada e a orientação/atividade educativa.

Devido a diversidade dos grupos pesquisados e suas especificidades quanto as faixas etárias, a autora aplicou os instrumentos de coleta da seguinte forma: a roda de conversa com os docentes e discentes; a observação participante com os discentes, os docentes e as mães dos alunos; o questionário somente com os docentes; a entrevista com os docentes e mães dos alunos; a orientação/atividade com os docentes e mães dos alunos.

Observou que mesmo diante das especificidades de cada um dos grupos pesquisados, algumas similaridades puderam ser apontadas, como por exemplo, as percepções dos adultos quanto a necessidade de diálogo, sobre a sexualidade e a educação sexual.

A abordagem sobre o corpo humano em cada uma de suas fases de desenvolvimento e a relação sexual, também foram questões apontadas como necessárias e presentes nas relações dialógicas, sendo destacada a importância da mediação de um profissional no sentido de favorecer a aproximação entre os sujeitos, para a abordagem da temática que envolve a sexualidade.

Constatou, que são apresentadas diferentes manifestações, dependendo da faixa etária, sendo predominante na educação infantil a curiosidade; na puberdade

e na adolescência, a vulnerabilidade, a saúde sexual e reprodutiva e os direitos sexuais e reprodutivos.

Concluindo com sua pesquisa, que a abordagem sobre a temática sexualidade, precisa estar presente no cotidiano e que demanda estratégias de acolhimento junto à família, buscando compreender o contexto em que estão inseridas. Diante disso, justifica que a família merece estar inserida nos programas de educação sexual, com vistas a construção da sexualidade de modo saudável mediada pelo pensamento crítico e reflexivo.

Vieira (2014) estabeleceu como objetivo, investigar as questões sobre a prática docente em relação a seus saberes, acionados para resolver demandas e necessidades quando a diversidade sexual emerge no cotidiano escolar.

Segundo o autor, a escola é um espaço de possibilidades para a construção de um projeto democrático que contemple a diversidade sexual. Aponta que o cotidiano escolar, é o local que favorece as oportunidades para se pensar os princípios de direitos humanos e cidadania para todas as pessoas envolvidas, sendo que, o professor, por meio de sua prática docente, é o agente que tem possibilidade de desempenhar um papel fundamental nesse processo. A metodologia adotada foi a abordagem qualitativa, o recurso utilizado na pesquisa de campo foi a entrevista, tendo como participantes 4 professores, que atuavam há mais de vinte anos, ministrando aulas da disciplina de História, na rede pública estadual de São Paulo, na cidade de São Carlos.

Para o autor, o enfoque no tempo de docência, foi relevante, pois possibilitou analisar o ciclo de vida profissional, nos diferentes momentos históricos de suas práticas e de suas vivências de formação, em um contexto histórico-temporal.

Buscou também identificar apontamentos sobre as temáticas de sexualidade, gênero e diversidade sexual, observando quais saberes eram selecionados pelos professores, no cotidiano e em sala de aula, para a resolução das demandas sobre essas temáticas, tanto nas ações de caráter emergencial como das decorrentes do dia a dia.

Vieira (2014) tomou como referencial o currículo de História e os PCN, para a compreensão dos saberes históricos como multirreferenciais para o trato com a diversidade na construção do cidadão a partir de uma narrativa histórica.

Com seus estudos o autor verificou que, possuíam diversos saberes decorrentes da experiência profissional, da formação inicial e da formação continuada, porém, esses conhecimentos não foram suficientes para prepará-los para o trabalho em sala de aula.

Aponta que essas dificuldades fizeram emergir uma confusão para definir o conceito de diversidade sexual, confundindo-a com homossexualidades.

Diante desses equívocos, na prática pedagógica, instaura-se regras e normas de exclusão, pela categorização aos alunos como “diferentes”, por não se adequarem a produção do discurso de verdades, separando-os dos que estão “normalizados” e para o tratamento que lhes eram atribuídos pelos docentes como “fora das regras”, os alocando à margem dessas normalizações, e portanto, denominados como agressivos.

Ao final, concluiu que os saberes docentes, se constituem em uma complexa trama de relações, dialogando em diferentes espaços e na prática pedagógica, sendo que se faz necessário a reflexão, para assim delinear novos caminhos que possam contribuir para um novo pensar docente sobre a diversidade sexual.

A tese de doutorado de **Zarth (2013)** teve por objetivo analisar os relatos dos professores no contexto da transversalidade, norteado pela unidade de educação para a saúde e orientação sexual e que faz parte dos PCN, do mesmo modo, investigar a prática docente em uma escola pública estadual de Porto Alegre – RS.

A metodologia utilizada foi o estudo qualitativo, do tipo exploratório descritivo. Seu público-alvo, foram 15 professores, optando pela estratégia da realização de grupos focais, que foram realizados em nove encontros, para discussões e reflexões.

A análise da autora, teve como resultado três categorias, sendo: o “diagnóstico situacional frente a interdisciplinaridade e transversalidade”, com abordagem nas várias situações da prática pedagógica em relação a temática educação para saúde e orientação sexual; “significando a transversalidade e o significado de trabalhar de modo transversal”, que consistiu na ressignificação da transversalidade e a última “ações que viabilizem o ensino transversal”, que indicaram possibilidades de estratégias para a efetivação da transversalidade (ZARTH, 2013, p. 65).

Com seus estudos, verificou haver dificuldades para a efetivação do trabalho pedagógico de modo transversal e interdisciplinar, porém, após a problematização por meio das discussões nos grupos focais, a autora observou que houve uma reavaliação no processo de ensino nos moldes da transversalidade.

Ao término de sua pesquisa, concluiu, que a revisão das metodologias utilizadas nas atividades em sala de aula e nos cursos de formação, são de suma importância. Aponta que a realização de projetos, o diálogo e o trabalho coletivo, foram ferramentas afirmativas e podem favorecer a aplicabilidade das temáticas transversais.

A autora **Sefton (2013)** teve por objetivo identificar e analisar práticas docentes no Ensino Fundamental de forma a contribuir para o entendimento acerca das estratégias de produção, transmissão e legitimação de disposições culturais voltadas para a equidade de gênero e para as diferenças sobre a temática da sexualidade.

A metodologia utilizada foi a qualitativa e exploratória, com o estudo de caso em uma escola da rede particular de ensino, situada na cidade de Porto Alegre. A escolha dessa unidade escolar foi devido à suas práticas tendo como princípio o acolhimento.

A autora norteou sua investigação no ambiente escolar e nas relações de interdependência entre seus agentes, tendo como hipótese que partindo de um ambiente socializador, é possível identificar condições de transformações culturais sobre as questões de gênero e sexualidade.

As técnicas utilizadas por Sefton (2013) foram entrevistas com os professores e com os gestores, também utilizou como recurso as observações no desenvolvimento de atividades pedagógicas com os alunos.

A identificação e a análise tiveram como foco a atuação e a percepção dos professores, por meio de cinco categorias de análise, que a autora descreve como: “estratégias institucionais e práticas sistêmicas: docentes e escola; experiências pessoais e entrecruzamento de valores: docente e sua constante (trans) formação; construção do pensar e agir crítico/reflexivo: prática docente e discente; estratégias de socialização sob uma de suas matrizes de legitimação; prática docente e o usos

de recursos didáticos/discursivos; pulverização e legitimação de novos olhares: entre docentes e famílias (SEFTON, 2013, p. 87).

A autora, conclui que foi significativo discutir práticas alternativas, considerando como são as ações docentes, frente aos valores generificados e sexistas em prol da convivência na unidade escolar, refletindo sobre qual o tratamento dispensado para as diferenças, sem perder de vista a imersão de todos os participantes em uma sociedade sexista.

Na próxima seção, apresentaremos algumas considerações acerca do levantamento da temática educação sexual e sexualidade no Ensino Fundamental.

Algumas considerações

Diante do exposto, com essa investigação, acerca da temática sexualidade no Ensino Fundamental, nosso objetivo foi compreender o panorama dos estudos, além de analisar os aspectos e contribuições para o trabalho com a educação sexual.

Praticamente, todos os trabalhos apontam para as dificuldades que os professores enfrentam no trabalho com a temática sexualidade e destacam que os entraves observados são decorrentes da formação ser insuficiente, ou descontextualizada para as ações pedagógicas.

Quanto às concepções e interpretações docentes, os autores de Minali (2020), Burchard (2019), Mesquita (2018), Vieira (2016) e Vieira (2014) verificaram que grande parte dos participantes das pesquisas receia abordar a temática, mesmo reconhecendo a importância da educação sexual no espaço escolar.

Uma outra queixa comum relatada pelos autores Mesquita (2018); Moura (2018) e Vieira (2016) foi a falta de um material didático específico sobre educação sexual e sexualidade. Com relação ao material didático como orientador para os professores, Mesquita (2018) promoveu oficinas de formação, visando construir, de modo cooperativo a elaboração de sequências didáticas e que posteriormente, foi aprimorado e constituiu o produto educacional de sua pesquisa, que denominou como: “Sugestões para abordagem de temas relativos à Sexualidade Humana nos anos iniciais”.

Além disso, vale mencionar que Moura (2018) desenvolveu durante sua pesquisa, o programa de ensino intitulado, “Respondo o quê?”, que foi constituído

de momentos de formação com os professores, resultando no produto final de seu trabalho. O formato deste programa foi planejado com o propósito de fornecer informações apropriadas no desenvolvimento de práticas educativas que pudessem suprir as compreensões equivocadas sobre a sexualidade.

Para a superação dos desafios no ambiente escolar, Vieira (2016) elaborou uma proposta formativa, desenvolvida com os professores, por meio de oficinas, intitulada “Abordagem Emancipatória de Educação Sexual: uma possibilidade para o trabalho com HPV”, que constituiu um caderno sobre a prevenção ao HPV e o trabalho pedagógico para a sexualidade.

Outro aspecto observado foi a referência aos temas transversais destacados no documento dos PCN (BRASIL, 1998) como um referencial relevante ao trato da temática.

Foi um dos enfoques de Burchard (2019, p. 49) a análise para o desenvolvimento das aulas de Ciências, no Ensino Fundamental anos finais. Tomando como referência o caderno Orientação Sexual dos PCN, a autora destaca o quanto é consistente a fundamentação para nortear o trabalho docente.

Corroborando nesse entendimento, a autora Rapatão (2015, p. 33) afirma que mesmo após tantos anos de sua publicação, os PCN continuam sendo pertinentes para o trabalho com a temática sexualidade em sala de aula, inclusive frisa que desde os primeiros anos do Ensino Fundamental.

Mesquita (2018, p. 108) desenvolveu sequências didáticas, utilizando como referência os PCN, tendo como proposição contribuir com a prática docente, favorecendo vivências seguras para a temática.

Silva (2016, p. 50) concorda quanto aos PCN se apresentarem como instrumento de apoio para a construção de projetos e ações educativas capazes de favorecerem aos educandos conhecimentos para uma vida consciente e cidadã. O autor destaca que os PCN contém uma metodologia participativa e transversal que permite a abordagem das temáticas em todas as disciplinas.

O foco da autora Vieira (2016, p. 20) foram as medidas preventivas no âmbito da saúde, em especial as doenças sexualmente transmissíveis, bem como, a abordagem da temática sexualidade na escola, assim investigou quais os aspectos relevantes dos PCN podem ser considerados na prática dos professores. Além disso,

analisa qual a percepção dos professores da disciplina de história, investigando como acontece a construção do conhecimento desses profissionais, quanto a temática da diversidade sexual.

A autora conclui, que os PCN são uma referência para a educação, porém, aponta como fator negativo, a falta de menção para a temática diversidade sexual, e por esse motivo, seu uso tem se mostrado incipiente.

Ainda, segundo a autora, as possibilidades de discussão só foram iniciadas a partir dos anos 2000, não por influência dos PCN, e sim, por meio de ações governamentais, voltadas para os direitos humanos e a cidadania, e que desse modo, o termo diversidade sexual, recebe um tratamento mais significativo.

Sefton (2013, p. 27) confirma que os PCN podem ser considerados como um documento orientador para a temática, porém, como ponto negativo, não traz a obrigatoriedade para seu uso e abordagem, o que reduz a prática. Mesmo sendo o primeiro documento do MEC a atrelar a ideia de prazer a sexualidade, deixa de abarcar todas as questões que são pertinentes ao tema.

A autora Sefton (2013) concorda com Vieira (2014) quanto à inexistência da temática diversidade sexual nos PCN e que, do mesmo modo, os conceitos de gênero e sexualidade expressam pouca representatividade. Ainda para Sefton (2013) os temas privilegiados, são os de âmbito preventivo e do campo biológico.

A pesquisa da autora Zarth (2013) teve como proposta investigar como acontece a prática docente tendo como referência os temas transversais propostos pelos PCN, em especial os relativos aos blocos “Educação para Saúde e Orientação Sexual”. Seu objetivo foi identificar como os temas transversais, estavam ou não, presente nas ações pedagógicas e se aconteciam de modo interdisciplinar, no desenvolvimento dos planejamentos e do currículo da escola.

A autora constatou que foi possível promover práticas docentes e propostas reflexivas e críticas, com suas mediações, que viabilizaram a transversalidade, de modo interdisciplinar no ensino, com base nos PCN.

Privilegiou as discussões sobre os temas como homofobia, questões de vulnerabilidade, sexualidade e gênero e outras situações que emergiram durante a problematização. Destaca que essas questões foram disparadoras para o surgimento de contradições e inseguranças na prática pedagógica, que foram sendo amenizadas

durante o desenvolvimento do processo formativo, e pela troca de vivências dos participantes.

Conclui que a transversalidade não acontece no ambiente escolar, como é sugerido nos PCN, pois observou que o trabalho pedagógico acontece de modo aleatório, individualizado e sem considerar o contexto atual e dos alunos.

Porém, visualiza possíveis mudanças, ao se considerar o diálogo coletivo e participativo como ferramenta essencial no ambiente escolar, para a conquista de novos conhecimentos.

Com a realização do presente estudo, percebemos a concordância para o uso de recursos que privilegiam o diálogo entre a equipe e comunidade escolar, pois essas reflexões coletivas, fazem surgir as dificuldades que são de âmbito individual e comum a todos, promovendo a reflexão sobre os saberes já constituídos, possibilitando o confronto com as demandas de caráter atual e do contexto dos educandos.

Observamos que frequentemente ocorre a associação da temática somente ao campo fisiológico, sendo os demais aspectos que compõem a sexualidade os maiores entraves apontados, como por exemplo as questões sobre diversidade e gênero. Isso evidencia que o problema é vivenciado na sociedade, e conseqüentemente, seus reflexos são potencializados na escola.

Compreendemos que apesar dos apontamentos sobre entraves pessoais relacionados aos mitos e tabus construídos socialmente, precisamos reconhecer que a potência dessa discussão está na escola, ambiente propício para se construir o conhecimento científico.

Observamos que, no Ensino Fundamental anos iniciais, o trabalho com a educação sexual é quase imperceptível, sendo justificado como desnecessário para a faixa etária.

Podemos inferir que será por meio da difusão do conhecimento que haverá o reconhecimento da importância da educação sexual, pois conforme Melo (2011, p. 39) ela sempre acontece, mesmo que não ocorra o seu reconhecimento e, portanto, a omissão não impede que aconteça nos mais variados contextos e situações.

Concluimos que ainda há muito a ser investigado e explorado sobre as práticas pedagógicas que promovam aprendizados qualitativos no campo da

Irene Ferreira da Silva
Maria de Fátima Ramos Andrade
Ana Sílvia Moço Aparício

educação sexual no Ensino Fundamental anos iniciais, sendo relevante a formação docente e materiais norteadores que proporcionem segurança para a abordagem da temática sexualidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Secretaria de Educação Fundamental (SEF). Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN - terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais. Brasília, DF, **MEC/SEF**, 1998. 436 p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/ttransversais.pdf>. Acesso: 01 mar. 2021.

BURCHARD, Camila Pereira. **Concepções de professores de ciências do ensino fundamental sobre trabalhar o tema sexualidade em sala de aula**. 2019. 83 p. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde) – Universidade Federal do Pampa, Uruguaiana, 2019.

CARVALHO, Gabriela Maria Dutra de et al. **Educação sexual: interfaces curriculares: caderno pedagógico**. Design instrucional Carla Peres Souza – Florianópolis: UDESC/CEAD/UAB, 2012. 90 p.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. **A formação de educadores sexuais: possibilidades e limites**. 317 p. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2001.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. **Educação Sexual: saberes essenciais para quem educa**. Curitiba: CRV, 2018.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. 13 Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25 Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LERNER, Délia. Novas contribuições para o debate. In: CASTORINHA, J. A. et al. **Piaget – Vygotsky**. São Paulo: Ática, 2010, p. 175.

LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 4 Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

MELO, S. M. M. de. **Educação e sexualidade** /Sônia Maria Martins de Melo et al; design instrucional Carmen Maria Cipriani Pandini – 2 Ed. rev. Florianópolis: UDESC/CEAD/UAB, 2011.

MESQUITA, Adriano Santos. **Percepções docentes sobre sexualidade humana na perspectiva do letramento científico nos anos iniciais do ensino fundamental**. 151 p. Dissertação (Mestrado Profissional em Docência em Educação em Ciências e Matemáticas) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

MINALI, João Alexandre. **Interpretações docentes sobre as expressões da sexualidade infantil na primeira etapa do ensino fundamental.** 102 p. Dissertação (Mestrado em Educação Sexual), Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP. Araraquara, 2020.

MOURA, Carla Elias de. **Elaboração e avaliação de um programa de ensino sobre educação sexual para professores do ensino fundamental I.** 100 p. Dissertação (Mestrado em Ensino), Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Foz do Iguaçu, Paraná, 2018.

RAPATÃO, Andréia Serrano Cayres. **Educação sexual, saúde e sexualidade: (re) significando as relações entre pais e filhos.** 119 p. Dissertação (Mestrado em Educação Sexual) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2015.

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. Entrevista educação para a sexualidade. **Revista Diversidade e Educação**, v. 5, n. 2, p. 7-15, 2017.

SEFTON, Ana Paula. **Prática docente e socialização escolar para as diferenças: um estudo sobre estratégias de transformação da ordem em gênero e sexualidade.** 195 p. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013.

SILVA, Érick Roberto Freire de Araújo. **A educação sexual no currículo da rede estadual de ensino de São Paulo.** 142 p. Dissertação (Mestrado em Educação Sexual) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2016.

SUPLICY, Marta. **Conversando sobre sexo.** 20 Ed. Rio de Janeiro. Editora Vozes, 1993.

UNESCO. **Orientações técnicas internacionais de educação em sexualidade.** Uma abordagem baseada em evidências. Brasília: UNESCO, 2019. 148 p.

VIEIRA, Hamilton Édio dos Santos. **A construção dos saberes docentes: um olhar sobre as experiências de professores da disciplina de História acerca da temática de diversidade sexual.** 166 p. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita, Araraquara, 2014.

VIEIRA, Maria Isabel dos Santos. **Orientação sexual e HPV: as concepções docentes e a construção de uma proposta colaborativa de formação continuada para professores do ensino fundamental.** 99 p. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências) – Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2016.

ZARTH, Silvana Maria. **Temas transversais no ensino fundamental: educação para a saúde e orientação sexual.** 118 p. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.